

Campanha salarial 2013: TJ-SP cumpre data-base e discute plano de saúde

Página 2



Eleições AASPTJ-SP: Edital de convocação

Página 4

AASPTJ-SP



Eleições 2013

AASPTJ-SP inicia debates para criação de núcleos regionais



A Associação esteve em Franca e Presidente Prudente para ouvir o que os associados da região pensam sobre a questão.

Página 6

Veja também:

Assembleia geral de associados – página 5

TJ-SP inaugura Coordenadoria da Família – página 6

Pesquisa Saúde do Servidor – página 6

EDITORIAL

Após o tsunami de violações de direitos e de lutas de resistência vividos no TJ-SP durante toda a primeira década deste século, atingimos um estágio de colheita de alguns frutos das mobilizações realizadas. A própria eleição de Ivan Sartori tem a ver com esse processo, na medida em que seria praticamente suicídio político da cúpula dirigente do TJ continuar “governando” apenas na base da opressão ou da negação de diálogo com os trabalhadores não togados.

A desigualdade estrutural de nossa sociedade reverberava dentro do Tribunal de forma escandalosa – uns poucos com muito, e muitos com quase nada. As alianças entre as elites governantes do Estado impedindo, de forma indecente, a socialização dos frutos do trabalho de todos entre todos. Os trabalhadores do Poder Judiciário paulista foram para a Praça e denunciaram – sob gás de pimenta e coturnos –, as articulações espúrias entre os que têm o poder de aprovar ou vetar

o orçamento público. Em outros termos, entre os que detêm o poder de dizer o que é prioridade para o Estado e para a sociedade. A AASPTJ-SP participou desse processo com firmeza e buscou todo o tempo contribuir para a articulação de forças entre as várias entidades representativas dos 53 mil trabalhadores do TJ-SP. E fomos abrindo portas para o diálogo e ganhando mais e mais respeito do Tribunal.

Hoje, nas mesas de negociação e nos grupos de trabalho é possível avançar na conquista de alguns direitos que, embora não esgotem nem de longe a pauta acumulada na década de violações, significam importantes ganhos para todos. O cumprimento da data-base é um deles; assim como no caso de algumas de nossas lutas específicas, a propositura de um Projeto de Lei, pelo Tribunal, para as 30 horas dos psicólogos também é um marco significativo. Sua concretização está a um passo, pois agora depende somente da tramitação na Assembleia Legislativa – o que se fará

mais célere dependendo da mobilização e pressão de todos nós naquela Casa de Leis.

A mensagem que fica para todos nós (diretoria, representantes, associados, assessoras e colaboradoras) que constituímos a força de nossa Associação é simples e direta – não há conquistas sem muita luta e muito trabalho. E acima de tudo, não há conquistas sem mobilização permanente. Podemos nos orgulhar, pois agora, a partir do intenso trabalho realizado por várias gestões – ao qual se somou o da atual, poderemos contar também com a força de uma Associação Nacional, que nasceu da vontade e da mobilização dos associados de nossa respeitada AASPTJ-SP. Até aqui missão cumprida, o que não significa que atingimos um ponto de chegada, mas que tão somente estamos em um novo patamar de onde deveremos todos partir para outras conquistas.

Elisabete Borgianni
Presidente

Em Pauta

TJ-SP cumpre data-base e discute plano de saúde



A Campanha Salarial deste ano começou cedo. As entidades representativas dos servidores não perderam tempo e já no dia 9 de janeiro reuniram-se e protocolaram no Tribunal de Justiça pedido de audiência com o presidente, desembargador Ivan Sartori.

E já no dia 21 de janeiro fomos recebidos pelo presidente. Sartori afirmou que o TJ-SP iria cumprir a data-base deste ano (1º de março). As entidades apresentaram ao desembargador um índice de 17,22%, referente ao período entre março de 2012 e

fevereiro de 2013 mais o acúmulo de anos anteriores. O presidente disse que o TJ está se empenhando em cumprir este compromisso com os servidores e que já está dialogando com o governo do Estado. As entidades também lembraram Sartori de que o TJ-SP ainda não cumpriu a íntegra do acordo homologado no dissídio coletivo de 2010 e deve aos servidores 9 parcelas de 4,77% (março a novembro de 2010) e seis parcelas de 1,5% (referente ao ano de 2011).

A data-base de 2013, o Tribunal cumpriu. Publicou no Diário Oficial do dia 07 de março a Resolução Nº 592/2013 que reajusta os vencimentos dos servidores. Já o passivo... continuamos sem resposta. Em uma segunda reunião com as entidades, realizada no dia 4 de março, Sartori disse que fará o possível para conceder um pequeno acréscimo ao índice de reposição em setembro. “Só posso garantir isso e estou dando o meu pescoço como garantia. Temos uma projeção de que o TJ-SP terminará o ano devendo R\$ 600 milhões se não houver nenhum acordo de verba suplementar”, afirmou.

Plano de Cargos

Outro ponto levantado pelas entidades refere-se ao cumprimento do Plano de Cargos e Carreiras, cujo texto garante a mudança de letra ao servidor após dois anos de avaliação positiva (o que também implica em reajuste de 1,5% em seu salário). Sartori comprometeu-se a solicitar que a equipe

Assembleia Geral dos Servidores



Aconteceu no dia 13 de março a Assembleia Geral dos servidores do Judiciário, na Praça João Mendes. Com representantes de cerca de 70 cidades de todo o Estado, os presentes aprovaram com unanimidade a pauta de reivindicações elaborada pelo conjunto das entidades, com 42 itens.

Durante sua fala, a presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, destacou a importância da luta dos servidores que conseguiram que o TJ-SP cumprisse a data-base deste ano. Também afirmou que os esforços agora devem se voltar contra a implantação do plano de saúde compulsório pretendida pelo Tribunal. “Durante a reunião com o presidente, nos esclareceram que o TJ tem de imediato a possibilidade de gastar R\$ 200,00 com cada servidor neste plano. Que este dinheiro venha como reajuste no auxílio-saúde para que nós decidamos o melhor jeito de usá-lo”, afirmou.

O deputado estadual Major Olímpio (PDT) também compareceu à assembleia em apoio ao movimento dos servidores do Judiciário. “Se hoje temos uma situação tranquila nesta praça, sem tropa de choque, sem spray de pimenta e sem guincho da CET, é graças à luta de vocês”, disse. O parlamentar destacou a abertura de diálogo que está ocorrendo entre os três Poderes do Estado na gestão do presidente Ivan Sartori.

Veja a pauta de reivindicações aprovada:

- 1) Reposição das perdas salariais de 17,71% (estimativa), calculadas com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para o período de março/2002 a fevereiro/2013.
- 2) Pagamento imediato da reposição de 4,77%, com juros e correção, não aplicados sobre os vencimentos de março a novembro de 2010. E 1,5% com juros e correção de março a agosto de 2011.
- 3) Aumento real de salário, tendo por objetivo a equiparação salarial com os trabalhadores da Justiça Federal.
- 4) Reajuste nos valores dos auxílios:
 - a) Auxílio transporte no valor de quatro (4) conduções por dia, tendo por base o valor da tarifa da Capital Paulista;
 - b) Auxílio saúde no valor de R\$ 400,00 para o titular e 50% por dependente;
 - c) Auxílio creche-escola reajustado pelo INPC anual. Prorrogação do prazo de cobertura até 12 anos de idade.
- 5) Pagamento imediato do saldo do passivo dos servidores, tais como FAM, férias, etc. Pagamento

de direito ou benefício na folha de pagamento seguinte à aquisição/concessão.

- 6) Incorporação ao salário do auxílio-alimentação, bem como incorporação do auxílio aos aposentados e pensionistas.
- 7) Pagamento imediato das avaliações ocorridas previstas na Lei 1111/10 (Plano de Cargos e Carreiras).
- 8) Piso salarial estipulado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).
- 9) Redução da jornada de trabalho para 06 (seis) horas, no limite de 30 (trinta) horas semanais, com 02 (dois) turnos de trabalho, sem redução dos salários.
- 10) Reconhecimento pelo Tribunal de Justiça das comissões de prédios, de Fórum, de Comarca, ou outras formas de organização por local de trabalho, como legítimos representantes dos trabalhadores daquela unidade, com a liberação dos membros eleitos para a realização das reuniões e atividades, sem descontos nos vencimentos.
- 11) Estabelecimento de cronograma de reuniões entre representantes dos trabalhadores e Comissão de Orçamento, para acompanhamento da execução do orçamento anual, e intervenção na elaboração do Orçamento nas questões de interesse do funcionalismo.
- 12) Reuniões do Órgão Pleno abertas, democráticas e transparentes. Incentivo à participação efetiva do funcionalismo, com direito a voz aos representantes, nas questões administrativas ou de interesse da classe.
- 13) Fim do Assédio Moral. Estabelecimento de canais dedicados, exclusivos e de composição paritária, com a finalidade de apurar as denúncias e encontrar soluções. Elaboração pelo Tribunal, de campanha interna aos gestores. Enfim, realização de verdadeira campanha contra o assédio moral, com possibilidade de divulgação e conscientização nos cartórios pelos representantes dos trabalhadores.
- 14) Licença paternidade de 30 dias.
- 15) Fim das terceirizações e privatizações de setores e Oficiais de Justiça “Ad Hoc”.
- 16) Concursos públicos em regime urgência para o preenchimento imediato dos milhares de cargos vagos. Definição de cronograma de concursos públicos para completar o quadro de funcionários, que seja suficiente ao bom desempenho das atividades da Justiça.
- 17) Suspensão imediata da Avaliação de Desempenho. Criação de Comitê de Trabalho, com representantes eleitos entre os trabalhadores, não comissionados, em cada local de trabalho, para elaboração e aplicação de Plano de Cargos e Carreiras e Avaliação de Desempenho, que contemple as preocupações do funcionalismo.
- 18) Aplicação imediata pelo Tribunal de Justiça, em âmbito administrativo, de questões já decididas por Cortes Superiores do País, com o imediato enquadramento salarial e o pagamento dos valores devidos, evitando-se ações judiciais.
- 19) Reaver o valor e forma de pagamento de diária dos servidores que prestam serviços nos plantões judiciais e em outras Comarcas.
- 20) Pagamento das horas credoras.
- 21) Instituição de normas de participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas à Saúde e Condições de Trabalho, nos moldes das CIPAs, com representantes eleitos.
- 22) Liberação do ponto para atendimento médico.
- 23) Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados em digitação para descanso e prática de ginástica laboral.
- 24) Criação de ambulatórios médicos, odontológicos e psicossociais nas unidades de trabalho. Instalação de banheiros adequados e água potável.
- 25) Melhores condições de trabalho. Fornecimento, pelo Tribunal, de instalações, instrumentos, equipamentos, materiais, etc, necessários ao desempenho das funções e ao atendimento das necessidades dos funcionários. Melhorias nas condições de segurança geral dos prédios.
- 26) Licenças médicas: publicação imediata no DJE das licenças médicas concedidas. Fim imediato da recusa de atestados e laudos médicos por parte dos peritos em todo o estado.
- 27) Criação do cargo de escrivão 1 nas unidades da administração geral das comarcas.
- 28) Criação de gratificação especial judiciária para equiparação dos salários de agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário VI), agente de serviço judiciário (auxiliar judiciário I), agente operacional judiciário (auxiliar judiciário II) e agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário III, IV e V) que se encontram ou estiveram em desvio de função.
- 29) Pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade para cargos, funções e atividades que impliquem em risco à saúde e segurança do servidor.
- 30) Estabelecimento de programas de supervisão e capacitação aos servidores.
- 31) Jornada de 30 horas semanais aos psicólogos, nos moldes da jornada conquistada pelos assistentes sociais.
- 32) Comissões paritárias, com representantes dos trabalhadores e do Tribunal de Justiça, para solução de problemas relativos aos diversos segmentos existentes no Tribunal, entre outros:
 - a) Oficiais de Justiça;
 - b) Agentes de Segurança;
 - c) Estagiários
- 33) Fim da livre nomeação para os cargos de chefia, criação de concurso interno com critérios objetivos.
- 34) Fim do “cartorião”. Fim da criação de novas varas sem que haja funcionários suficientes para o seu funcionamento, designados e lotados exclusivamente para as novas varas.

Itens incluídos no dia da assembleia serão redigidos e acrescidos à pauta oficial.

Em Pauta

de RH veja esta questão. Também explicou que novo texto sobre o Plano de Cargos e Salários já está em estudos para ser encaminhado à Assembleia Legislativa. Ele adiantou que será aplicada a correção de 8% na tabela base, a ser estendida para efetivos e comissionados. “Quero resolver isso antes do término da minha gestão”, garantiu.

Iamspe

As entidades marcaram sua posição contrária ao Comunicado Nº 251/2013 que permite que servidores saiam do Instituto de Assistência Médica (Iamspe). Argumentaram que o Tribunal e entidades devem empenhar-se em uma luta conjunta pelo fortalecimento do Instituto e cobrem o governo de cumprir a sua parte que é de 2%. O presidente ficou de reavaliar o caso.

Plano de Saúde

Quando as entidades posicionaram-se em relação ao Iamspe, Sartori afirmou que o TJ-SP estava realizando estudos para implantar um plano de saúde para os servidores. Esta questão foi retomada na reunião do dia 4 de março. As entidades colocaram ao presidente suas preocupações com um plano compulsório e o que é ainda mais grave, a exclusão dos servidores inativos que ficariam de fora do plano. Sartori afirmou que esta também é uma preocupação sua e que não quer implantar um plano compulsório. Ele afirmou que a ideia inicial do TJ é aumentar o valor do auxílio saúde para os servidores aposentados. As entidades rebateram que mesmo com este aumento, os inativos não conseguiriam pagar um plano particular que ficaria em valores muito altos por conta da idade.

“Devemos pensar no sentido amplo da palavra saúde, o que não se resume à plano de saúde. Cada

Pauta específica

Durante a Assembleia de Associados, realizada na sede da Associação no dia 9 de março, assistentes sociais e psicólogos debateram uma pauta de reivindicações específica da categoria para embasar as gestões da AASPTJ-SP junto ao Tribunal de Justiça. Veja:

- 1 – Equiparação salarial dos assistentes sociais e psicólogos com os peritos da área da saúde – médicos, enfermeiros – através da gratificação judiciária.
- 2 – Gestão junto ao Legislativo para garantir a aprovação dos Projetos de Leis dos assistentes sociais

e psicólogos para regularização da jornada de trabalho de 30 horas sem redução de salário.

- 3 – Que o TJ garanta condições de trabalho e autonomia técnica dos assistentes sociais e psicólogos, conforme as resoluções e legislação dos seus Conselhos profissionais.
- 4 – Adicional de periculosidade e penosidade a exemplo do que fez o TJ-MG e a Fundação Casa.
- 5 – Melhora nas condições físicas de trabalho, garantia de adequação às normativas dos conselhos profissionais (sigilo, sala privativa, acústica e ventilação).

servidor e sua família possui uma situação particular. Quando se pensa em um projeto compulsório, se tira do trabalhador o direito de optar pelo o que é melhor para ele e sua família. Poderemos prejudicar muita gente”, expôs Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP. “Acredito que seria mais positivo, aumentar o auxílio-saúde no holerite”, completou.

As entidades também alertaram para o fato de a maioria dos planos de saúde não terem cobertura satisfatória no interior do Estado. Também colocaram ao presidente o risco de o TJ não conseguir administrar o convênio daqui a alguns anos e que o valor, que hoje pode ser acordado em bons termos, aumentar drasticamente por conta da sinistralidade.

Após ouvir as colocações dos representantes dos servidores, Sartori garantiu que nenhum plano será implantado antes de ouvir as entidades. Solicitou que se formasse uma comissão das associações para que se reúnam com a equipe responsável pelo projeto no TJ. O objetivo é que se discuta se a implantação do plano é realmente válida ou se a melhor saída seria majorar o valor do auxílio saúde para todos os servidores, opção defendida por todas as entidades.

No dia 15 de março, as entidades reuniram-se com a secretária da Área da Saúde do TJ, Mariângela Maluf Lagoa, com o secretário da Presidência, Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar, com o secretário de Abastecimento, Eduardo Roberto Alcântara, com o chefe de Gabinete da Presidência, Tarcísio dos Santos, e com a diretora de Assistência e Promoção da Saúde, Márcia Regina Ribeiro.

Ficou esclarecido que o projeto do Tribunal seria o de contratar um plano de saúde básico para os servidores. A opção por um plano superior e a inclusão dos dependentes ficaria a cargo do servidor. Isso também implicaria na perda do auxílio saúde. O plano seria compulsório para os servidores ativos. Os inativos não seriam incluídos e continuariam recebendo o auxílio-saúde.

De acordo, com os representantes do Tribunal, a ideia de implantação de um plano de saúde surgiu após a realização de uma enquete na intranet do TJ-SP. No entanto, não foi esclarecido ao servidor como funcionaria o plano de saúde. Na assembleia geral da categoria, realizada no dia 13 de março, os servidores votaram por uma majoração no auxílio-saúde ao invés do plano compulsório.

AASPTJ-SP

Eleições AASPTJ-SP: Edital de convocação

Processo Eleitoral AASPTJ-SP – Gestão 2013/2017 – Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

Edital de Convocação de Eleição

A Diretoria Executiva da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASPTJ-SP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento nas disposições contidas no Estatuto desta Associação, em vigor, baixa o presente edital de convocação geral, visando iniciar o processo eleitoral para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Suplentes (9 membros efetivos: Presidente; Vice-Presidente; 1º e 2º Secretários; 1º e 2º Tesoureiros; 3 membros para o Conselho Fiscal e 2 Suplentes), para cumprir o mandato de quatro anos, a ser iniciado em julho de 2013.



As chapas deverão apresentar seu pedido de inscrição, com base nas disposições contidas no Estatuto da AASPTJ-SP e nas instruções deste edital, em formulários próprios, a serem fornecidos pela Associação, em sua sede à Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar, cj. 21 – Centro, no período indicado no calendário eleitoral.

Para se inscreverem, as chapas deverão observar as disposições contidas no Estatuto da AASPTJ-SP, destacando-se que só poderão concorrer a cargos eletivos os sócios efetivos, desde que associados há pelo menos seis meses no ato da inscrição da chapa, em pleno gozo dos direitos e deveres estatutários.

A divulgação das chapas nos meios de comunicação da AASPTJ-SP (jornal, site e e-mails) será concedida de

forma igualitária, em espaço previamente estabelecido a todas as chapas inscritas. A ordem de divulgação será por sorteio a ser realizado na sede da Associação com a participação dos interessados. Esta mesma ordem será utilizada na elaboração da cédula eleitoral.

A votação para a eleição de chapas concorrentes e as demais instruções relativas ao calendário eleitoral, são assim definidas:

Calendário Eleitoral

Fevereiro de 2013

26 – Convocação das eleições, por meio da circular, enviada via correios, a todos os associados e divulgada no site www.aasptj.org.br

26 – Início de inscrição das chapas para a eleição da AASPTJ-SP

Abril de 2013

12 – Nomeação da Comissão Eleitoral (4 sócios efetivos indicados pela AASPTJ-SP e 3 sócios efetivos indicados por cada chapa inscrita)

12 – Término da inscrição das chapas para a eleição da AASPTJ-SP

17 – Data para deferimento/impugnação de candidaturas

17 – Data para ser baixada portaria relacionando as chapas inscritas e o parecer dos conselheiros fiscais que homologam as candidaturas

Mai de 2013

06 – Prazo para a Comissão Eleitoral encaminhar, via correios, as cédulas eleitorais, para os locais de trabalho dos associados, juntamente com circular contendo instrução para a eleição

06 – Comunicado divulgado no site www.aasptj.org.br com esclarecimentos sobre o pleito

27 – Eleições (9hs às 17hs). Pessoalmente, na sede da AASPTJ-SP, ou via Correios, conforme instruções que seguirão juntamente com as cédulas eleitorais

27 – Apuração das eleições (17hs às 20hs)

28 – Apuração das eleições (9hs às 14hs)

28 – Proclamação dos resultados das eleições

Junho de 2013

28 – Posse da nova Diretoria

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013.

Elisabete Borgianni
Cress 13973/9ª Região
Presidente

Assembleia de Associados da AASPTJ-SP

No dia 9 de março ocorreu a última assembleia de associados da gestão Participação e Compromisso (2009-2013). Esta reunião tinha como objetivos principais:

1 – Apresentação do Relatório da Diretoria e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2012;

2 – Apreciação, discussão e votação das Contas de 2012;

3 – Balanço da Gestão “Participação e Compromisso” – 2009/2013

4 – Construção da pauta de reivindicações dos assistentes sociais e psicólogos para a Campanha Salarial 2013, visando a Assembleia Geral dos Servidores em 13/03/2013 às 13hs;

5 – Apreciação e discussão da participação dos associados da AASPTJ-SP na Associação Nacional dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica;

6 – Apreciação, discussão e votação do Orçamento de 2013 – Reajuste da Mensalidade da AASPTJ-SP para 2013;

7 – Informações sobre o processo eleitoral para a gestão 2013/2017;

8 – Assuntos diversos.

Os presentes aprovaram as contas da AASPTJ-SP para o ano de 2012 e relembrou as principais ações políticas e técnicas da Associação durante os últimos

anos. Também levaram para casa um cd com edição especial sobre todas estas ações e os demonstrativos financeiros dos quatro anos da gestão. Quem não participou da assembleia pode solicitar sua cópia pelo e-mail: imprensa@aaasptj.org.br

Em seguida, discutiu-se sobre a pré-pauta de reivindicações dos servidores do Judiciário a ser encaminhada para o TJ-SP, elaborada pelo conjunto das entidades. Debateu-se sobre os pontos específicos das categorias de assistente social e psicólogo que deveriam ser incluídos na pauta geral (veja na página 4).

Também foi aprovado o reajuste da mensalidade da AASPTJ-SP, cujo valor passará a ser de R\$ 27,92, a partir de maio. O índice de reposição usado foi o IGPM – 7,9%.

Outro ponto discutido foi o de como será a adesão dos associados da AASPTJ-SP à Associação Nacional dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica – criada por deliberação dos nossos associados em assembleia de abril de 2012. Como a AASPTJ-SP possibilitou a criação da nacional e investiu financeiramente para que o projeto fosse possível, os nossos associados terão isenção da mensalidade da Nacional por sete meses. Após este período, pagarão apenas R\$ 7,00 por mês durante dezessete meses, com subsídio de R\$ 3,00 da AASPTJ-SP.

A luta da AASPTJ-SP pelas 30 horas dos psicólogos do Tribunal

Desde que o Tribunal de Justiça de São Paulo implantou as 30 horas para os assistentes sociais (cumprindo determinação legal), a Associação vem fazendo importantes ações para que esse direito seja estendido aos psicólogos.

Argumentamos junto à gestão Bedran pela isonomia entre as duas categorias; apoiamos com êxito a luta pelas 30 horas dos psicólogos da Fundação Casa; participamos das caravanas a Brasília pela aprovação do PL 3338/2008 que tramita no Congresso Nacional e criamos um Grupo de Trabalho na AASPTJ-SP para pensar ações de mobilização em torno do tema.

A mais exitosa ação até o momento foi junto à atual Presidência do TJ que redundou na conquista de apoio da gestão Sartori ao nosso pleito.

Esse apoio se concretizou (após várias gestões desta presidente na Presidência do TJ) com a elaboração de dois Projetos de Lei (um referente aos assistentes sociais e outro aos psicólogos) que alteram a escala de vencimentos sem redução de salário para uma jornada de 30 horas, o que só pode ser feito por Lei estadual de iniciativa do próprio Tribunal.

Assim, a tramitação do PL dos psicólogos começará a ocorrer dentro da Assembleia Legislativa tão logo seja aprovado o outro Projeto de Lei que disciplina a remuneração / jornada dos assistentes sociais que ingressarão no Tribunal daqui para a frente.

Repetindo: o PL que trará o direito de 30 horas para os psicólogos só poderá iniciar sua tramitação na Alesp quando o PL dos assistentes sociais tiver sido aprovado, pois o PL dos psicólogos deverá ser aprovado por similaridade ao dos assistentes sociais.

Os psicólogos do TJ-SP, associados ou não à AASPTJ-SP têm-se mobilizado em busca da redução de jornada e a Diretoria da Associação apoia todas as iniciativas neste sentido.

Conclamamos a todos para manterem-se mobilizados e articularem suas ações junto com a Associação, pois falta muito pouco para obtermos mais esta importante conquista.

Agora a luta é na Assembleia Legislativa!

Elisabete Borgianni, presidente



Em Pauta

TJ-SP inaugura Coordenadoria da Família e Sucessões

No dia 14 de janeiro, o Tribunal de Justiça inaugurou a Coordenadoria da Família e Sucessões, criada pela Portaria 8.658, em 27 de setembro do último ano. A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, acompanhou a cerimônia.

Ivan Sartori, presidente do TJ-SP, afirmou que “essa coordenadoria vem atrasada, mas nunca é tarde para fazer um trabalho com afinco”.

Para o coordenador da Família e Sucessões, desembargador Jurandir de Sousa Oliveira, “dentro das matérias de sua competência, tem a CFS a missão de coordenar e orientar as atividades dos juizes com jurisdição na área da família e sucessões no Estado, bem como a articulação com outras Coordenadorias do Tribunal, pois pela família perpassam as questões de crianças, adolescentes, idosos e a violência doméstica”. Segundo o coordenador, “também se insere na sua área de atuação a articulação com o Centro



Assessoria de Imprensa do TJ-SP

de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva do Ministério Público, que trata de Família e Sucessões para ação conjunta na proposição de encaminhamentos para fortalecimento da atuação do sistema de Justiça”.

A Coordenadoria da Família e Sucessões do Tribunal de Justiça de São Paulo funciona no Fórum João Mendes Júnior, sala 2127, 21º andar, Praça João Mendes s/nº, Centro, São Paulo, telefones: (11) 2171-4805/6559.

AASPTJ-SP

Pesquisa Saúde do Servidor

As entidades representativas dos servidores AASTPJ-SP, ASSOJURIS, ASSOJUBS e AFFOCOS estiveram reunidas no dia 21 de fevereiro a fim de avaliar o andamento da pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde do servidor do TJ-SP que está sendo realizada em várias cidades do Estado.

A pesquisadora Agda Delia relatou que os servidores têm demonstrado satisfação e disponibilidade em serem ouvidos e relataram o cotidiano de seu

trabalho: as dificuldades, a especificidade de cada função, as relações institucionais.

A expectativa é que a pesquisa subsidie e oriente as ações em favor de melhoras e mudanças afirmativas nas condições de trabalho de todos os trabalhadores.

AASPTJ-SP inicia debates para núcleos regionais

Conforme previsto na carta programa da gestão Participação e Compromisso, a AASPTJ-SP iniciou visitas regionais para o debate da criação de núcleos regionais da Associação.

Para a primeira fase do projeto foram elencadas duas regiões – Presidente Prudente e Franca – para início dos debates de como devem funcionar os núcleos e quais são as principais demandas dos associados.

Desta forma, no dia 19 de fevereiro, a primeira tesoureira, Esther Katayama, a conselheira fiscal Mônica Giacomini e a assessora da diretoria Wanderli Caruso estiveram em Presidente Prudente para conversar com assistentes sociais e psicólogos da região sobre a ideia de um núcleo naquela circunscrição e como este deve funcionar para atingir os principais anseios locais.

CNJ fará nova correição em São Paulo

De acordo com informações do jornal Folha de S. Paulo (11/03), o corregedor nacional de justiça, ministro Francisco Falcão, definiu o cronograma de correições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até outubro. O calendário inclui nova inspeção em São Paulo.

A expectativa é a de que a varredura seja mais ampla do que a anterior, realizada em julho de 2012 nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça. Desta vez, verificará também o funcionamento dos gabinetes e estenderá a apuração a varas da primeira instância, inclusive do interior.

A ex-corregedora Eliana Calmon já havia afirmado que seu sucessor daria continuidade ao trabalho de inspeção iniciado por ela no TJ-SP. Na ocasião, a AASPTJ-SP e outras entidades entregaram à ministra diversos documentos que tratavam da realidade do Tribunal paulista e do desrespeito às condições de trabalho dos servidores. Esperamos que os dados apresentados por nós sejam levados em conta nesta nova inspeção.



AASPTJ-SP



AASPTJ-SP

No dia 22 de fevereiro, Maria Helena Correa, primeira secretária, Esther Katayama, primeira tesoureira e Wanderli Caruso, assessora da diretoria estiveram reunidas com assistentes sociais e psicólogos de Franca e região levando a ideia do Núcleo e esclarecendo como a Associação pensou seu funcionamento.

A reunião foi muito produtiva, pois ouvimos suas dúvidas e angústias, um pouco da vivência e protagonismo dos profissionais presentes como também suas aspirações.

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Catarina Volic, 1ª Secretária – Maria Helena Correa, 2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2ª Tesoureira – Paulo Eduardo Bezerra

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Magda Melão – Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira e Deise Rodrigues Amorim

Conselho Editorial: Maria Helena Correa, Mônica Giacomini, Mônica Carteiro, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2ª andar
Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3256-5011; E-mail: aasptjsp@asptjsp.org.br;
Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.

Jurídico

Informação do Departamento Jurídico sobre ação do SPPrev

Informamos que obtivemos êxito em mais uma ação judicial, na qual pleiteamos a inclusão no SPPREV, de 7 Assistentes Sociais e 3 Psicólogos, associados da AASPTJ-SP, que ingressaram no concurso de 2005. Esses profissionais foram admitidos sob o regime geral da previdência (INSS).

A sentença – que ainda não foi publicada no diário oficial – acatou todos os pedidos e julgou a ação totalmente procedente para condenar a Fazenda Pública a incluir as autoras no regime próprio, bem como declarou a inconstitucionalidade do artigo 25, da LC 1.093/09, apesara da Resolução 499/09 do TJ-SP.

PARTICIPANTES DO GRUPO:

ANA LÚCIA CAPASSO JARDIM DO NASCIMENTO, Assistente Social (Bauru/SP); CÁSSIA CAROLINA MATARAZZO MARTENIUK DE OLIVEIRA, Psicóloga, (Itapetininga); CELIA APARECIDA GOMES, Psicóloga (Diadema); EDILEUZA RODRIGUES MELLO, Assistente Social (Limeira); ELAINE CRISTINA DOS SANTOS DE SOUZA, Assistente Social (Tanabi); ELIENE DE SOUZA, Assistente Social (Praia Grande); ERICA LUCIANE VOLTANI DE FREITAS, Assistente Social (Itanhaém); ISANEIDE MENDES DA SILVA, Assistente Social (Ribeirão Bonito); JULIANA LAPA, Assistente Social (São Bernardo do Campo); e LETÍCIA DE SOUZA LUCAS, Psicóloga (Mogi das Cruzes).

Sonia Guerra, assessora jurídica